

PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO (PESOE)

CIDADÃO 2023

SUGESTÕES - Email: www.mef.gov.mz/ Contacto: 21490006/7

12ª Edição



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

MISSÃO

Informar ao Cidadão, em linguagem simples e acessível, sobre os aspectos relevantes do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE).



Estimular a transparência e participação do Cidadão em todas as fases do processo de planificação e orçamentação (elaboração, aprovação, execução, monitoria e avaliação).

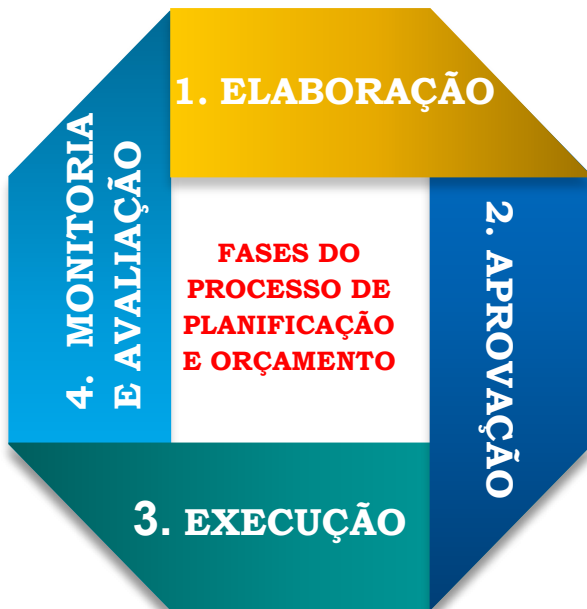
VISÃO

CARO CIDADÃO

Ao longo dos anos, o Governo tem estado empenhado em promover a transparência orçamental, com a implementação de medidas que visam a melhoria do processo de planificação e orçamentação. Uma das medidas constitui a publicação atempada de documentos orçamentais, para que o cidadão possa ter conhecimentos sobre o plano e o orçamento, sendo nesta vertente que se tem publicado anualmente o PESOE Cidadão, que retrata as principais linhas do PESOE após a sua submissão à Assembleia da República, de uma forma clara e resumida, para que o Cidadão possa compreender facilmente como se preve gastar os recursos porvenientes do pagamento de impostos.



O PESOE Cidadão 2023 representa a 12ª Edição, o que demonstra o cometimento do Ministério da Economia e Finanças, em prosseguir com as boas práticas de transparência, por forma a melhorar a comunicação entre o Cidadão e o Governo. Adicionalmente, importa enaltecer o apoio dos parceiros de cooperação em prol da melhoria da transparência orçamental.



O processo de planificação e orçamentação inicia com a elaboração do Cenário Fiscal de Médio Prazo, instrumento através do qual se faz a previsão das receitas e despesas, para posterior comunicação dos limites indicativos a todos os níveis (central, provincial e distrital). Em seguida, inicia-se com a elaboração da Proposta do PESOE, para ser apreciada a nível do Conselho de Ministros e submetida a Assembleia da República (AR).

Na Assembleia da República, a proposta do PESOE é apreciada a nível de diferentes comissões parlamentares, organizações da Sociedade Civil e parceiros de cooperação, para em seguida ser discutida em plenária. Após este procedimento, o documento é aprovado, tornando-se uma LEI.

Com o PESOE aprovado, inicia-se a sua execução, sendo elaborados Balanços Trimestrais de Execução, por forma a assegurar a implementação do PESOE, avaliando o progresso dos indicadores e o nível de realização das metas.

A última etapa consiste na elaboração da Conta Geral do Estado, que deve ser submetida ao Tribunal Administrativo (TA) e a AR até o dia 31 de Maio do ano seguinte, para a emissão do parecer e aprovação.

PRINCIPAIS INSTRUMENTOS NACIONAIS DE PLANIFICAÇÃO E ORÇAMENTAÇÃO

Longo Prazo

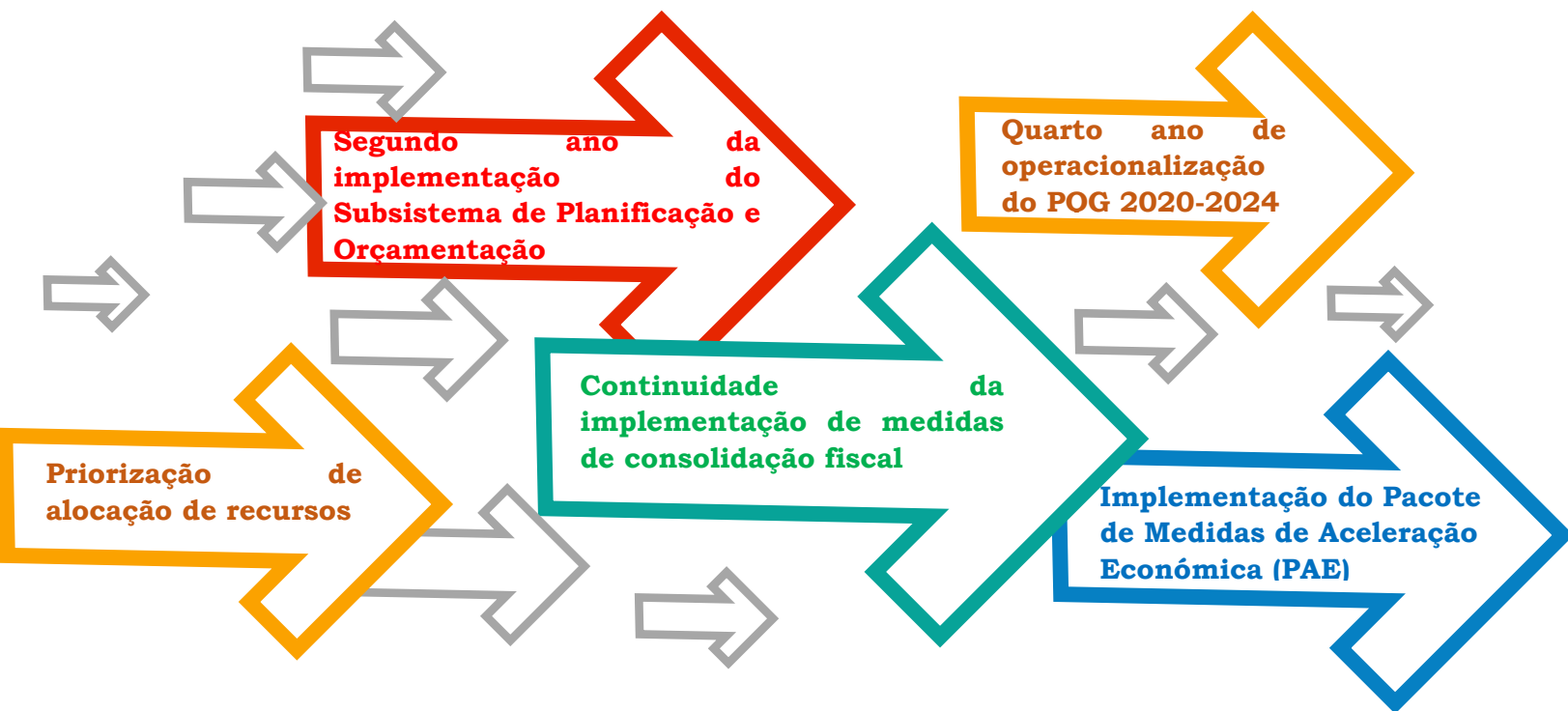
- Agenda 2025;
- Estratégia Nacional de Desenvolvimento
- Planos Estratégicos Sectoriais, Provinciais, Distritais e Municipais

Médio Prazo

- Programa Quinquenal do Governo;
- Planos Quinquenais dos OGDG's e Municipais;
- Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP)

Curto Prazo

- Plano Económico e Social e Orçamento do Estado;
- Plano e Orçamento dos OGDG's e Municipal;
- Balanços de Execução do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado; do Plano e Orçamento dos OGDG's e Municipal;
- Conta Geral do Estado

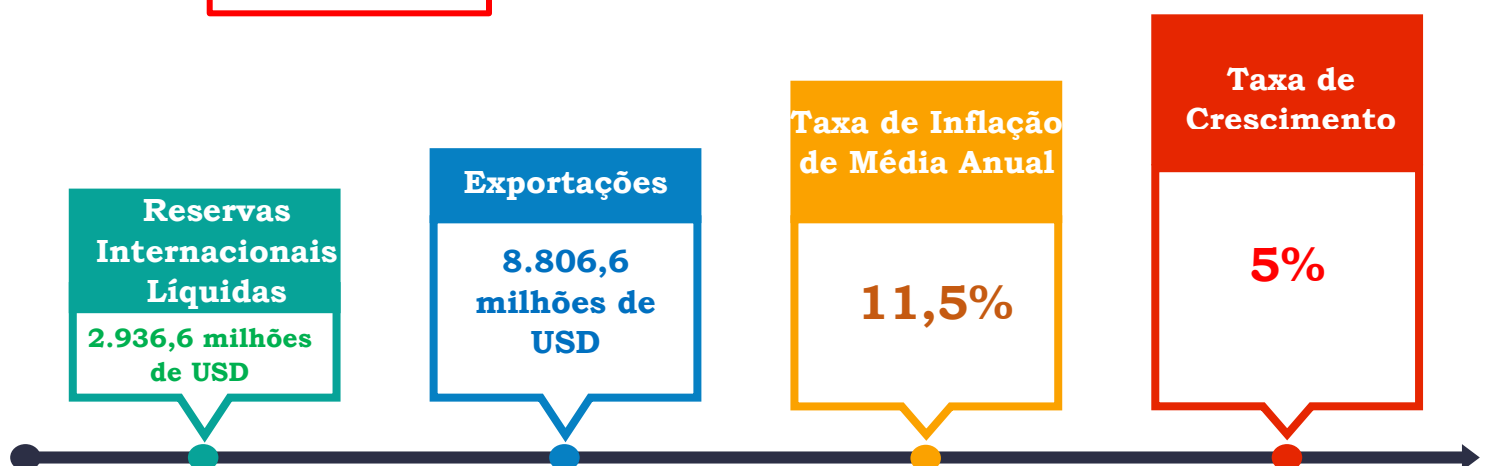


PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS

O que são previsões macroeconómicas?

As previsões macroeconómicas são projecções que visam prever e entender a situação futura da economia em geral, incluem informação sobre o crescimento económico, inflação, importações e exportações, reservas internacionais líquidas, taxa de câmbio, entre outros.

**PESOE
2023**



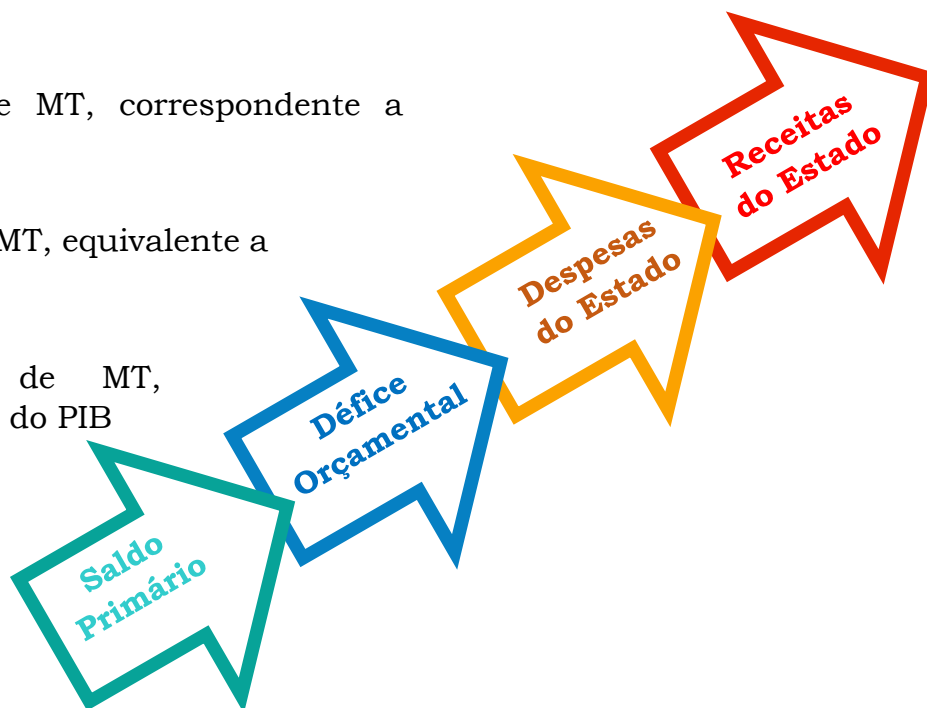
As metas quantitativas são os índices que se pretende alcançar, acompanhados e medidos para atingir um determinado objectivo.

Receitas do Estado
357.063,8 milhões de MT, correspondente a **27,0%** do PIB

Despesas do Estado
472.122,4 milhões de MT, equivalente a **35,8%** do PIB

Défi ce Orçamental
115.058,6 milhões de MT, correspondente a **8,7%** do PIB

Saldo Primário
41.236,2 milhões de MT, equivalente a **3,1%** do PIB



PREVISÃO DO ENVELOPE DE RECURSOS PARA 2023-2025

PRINCIPAIS PRIORIDADES DE POLÍTICA NO MÉDIO PRAZO

Aumento da produtividade, produção e do emprego **1**

Redução da volatilidade cambial **4**

Diversificação económica e crescimento inclusivo **2**

Priorização da alocação eficiente de recursos **5**

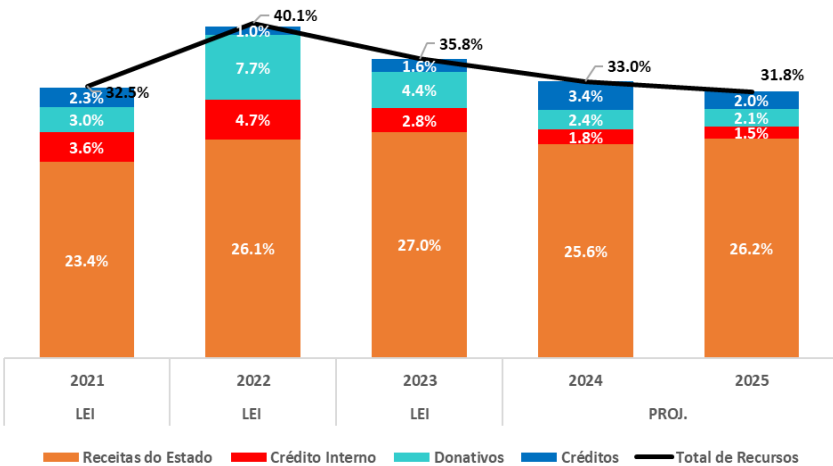
Estabilidade do nível de preços mantendo a inflação a um dígito **3**

Gestão sustentável da dívida pública **6**

Entre o período compreendido de 2023 à 2025, a tendência do envelope total de recursos será crescente, saindo de 472.122,4 milhões de MT em 2023 para 537.228,1 milhões de MT em 2025, prevendo-se que os Recursos Internos se situem em média de 28,3% do PIB e que os Recursos Externos representem uma média de 5,5% do PIB.

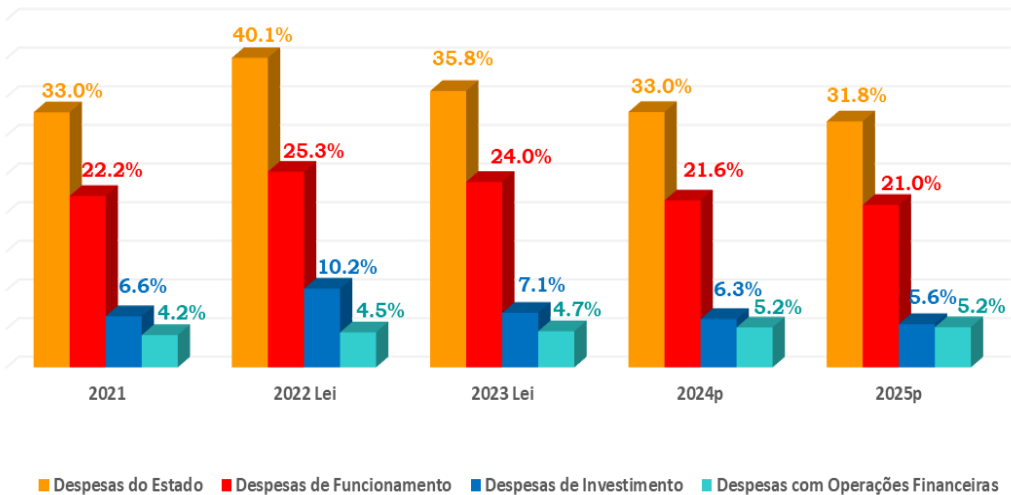
A Receita do Estado situar-se-á, em média, em torno de 26,2% do PIB entre o período 2023-2025, influenciada sobretudo pelo incremento esperado nas receitas fiscais com a implementação das reformas na política tributária, que irão incidir sobre a tributação de bens e serviços e sobre os rendimentos de pessoas singulares no âmbito da implementação da Tabela Salarial Única (TSU).

Gráfico 1. COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS A MÉDIO PRAZO (EM % DO PIB)



Com relação ao volume total de gastos públicos, a perspectiva é de um aumento em termos nominais de 472.122,4 milhões de MT para 537.228,1 milhões de MT, equivalente a uma redução em percentagem do PIB de 35,8% para 31,8%, resultante essencialmente do prosseguimento das medidas de racionalização da despesa pública.

Gráfico 2. DESPESAS DO ESTADO 2023-2025 (EM % DO PIB)



Apesar da limitação de recursos, o Governo continuará focado em acções que tenham impacto na vida da população, como nas áreas de Educação, Saúde e Protecção Social, no sector agrário, tendo em conta que a agricultura é a base de desenvolvimento do País, nas infraestruturas públicas, e entre outras. É nesta senda que para o ano de 2023 está prevista a percentagem de 91,7% sobre o montante de 472.122,4 milhões de MT para as áreas discriminadas no Quadro 1.

Quadro 1. PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO 2023

SECTOR	PESOE 2023
SECTORES SOCIAIS (EDUCAÇÃO, SAÚDE E PROTECÇÃO SOCIAL)	141,820.0
SECTOR AGRÁRIO	47,223.0
FORÇAS DE DEFESA E SEGURANÇA	43,377.7
PLANO DE RECONSTRUÇÃO DE CABO DELGADO	13,040.0
INFRAESTRUTURAS PÚBLICAS	36,864.5
BOA GOVERNAÇÃO	14,040.1
CICLO ELEITORAL	6,729.0
SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	176,961.2
PENSÕES	19,301.1
EM % DA DESPESA TOTAL	91.7%



MEDIDAS E ACÇÕES DE POLÍTICAS PARA 2023 POR PRIORIDADES E PILARES DO PQG 2020-2024

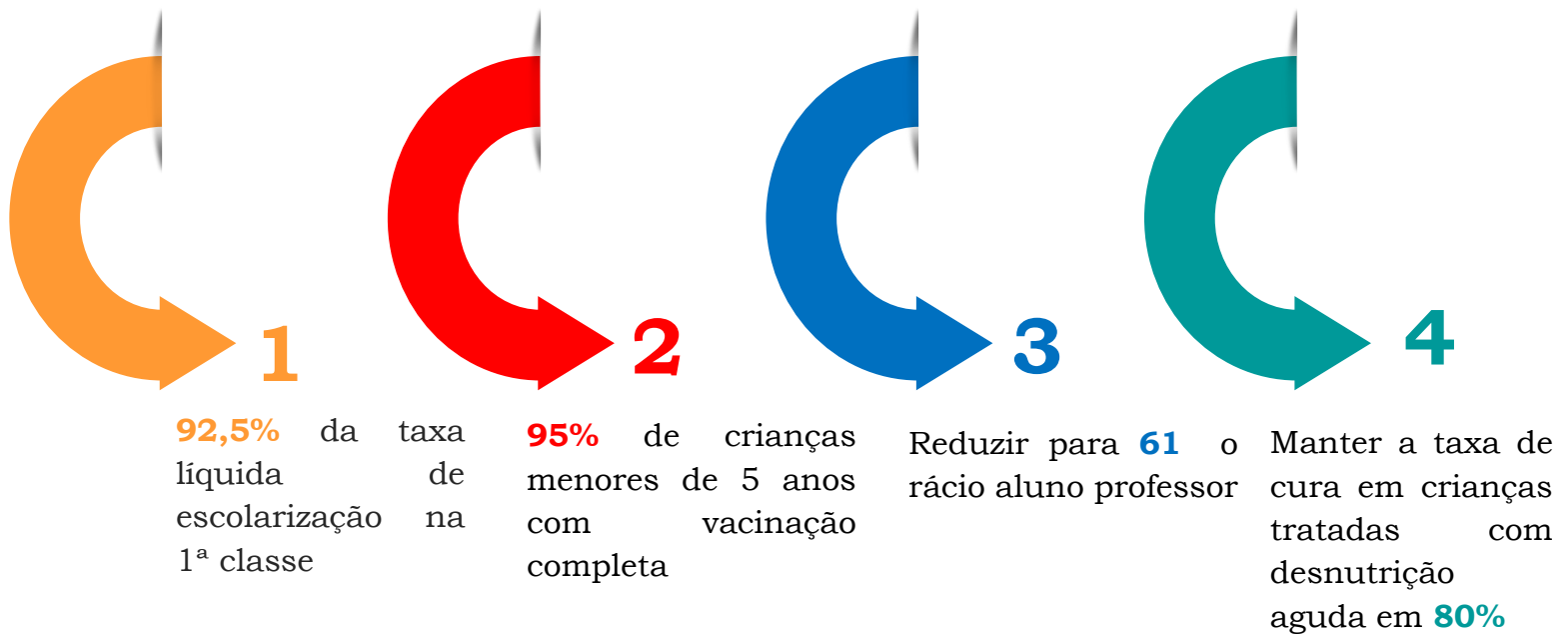
PRIORIDADE I

DESENVOLVER O CAPITAL HUMANO E JUSTIÇA SOCIAL

**210.674,3
MILHÕES DE MT**

PRINCIPAIS ACÇÕES

- ❖ Admitir **12.491** Funcionários e Agentes de Estado para os Sectores da Educação, Saúde, Agricultura e Órgãos de Administração da Justiça – **2,5 mil milhões de MT**;
- ❖ Matricular cerca de **10 milhões** de alunos em todos os níveis de Ensino (geral e superior);
- ❖ Adquirir cerca de **66 mil carteiras escolares** para o ensino geral;
- ❖ Distribuir cerca de **21,9 milhões** de livros escolares para o ensino primário;
- ❖ Adquirir medicamentos para o Serviço Nacional de Saúde – **8,4 mil milhões de MT**; e
- ❖ Assegurar à assistência a **951 mil Agregados Familiares** – **11,0 mil milhões de MT**.



PRIORIDADE II

IMPULSIONAR O CRESCIMENTO ECONÓMICO, A PRODUTIVIDADE E A GERAÇÃO DE EMPREGO

178.730,3 MILHÕES DE MT

PRINCIPAIS ACÇÕES

- ❖ Financiar **180** projectos de iniciativas juvenis para o auto emprego, geração de rendimentos – **33,3 milhões de MT**;
- ❖ Distribuir **2.200 kits** de auto-emprego à associação de ex-mineiros e seus dependentes – **36 milhões de MT**;
- ❖ Construir **406** salas de aula para o ensino primário e **27** escolas para o ensino secundário – **1,0 mil milhões de MT**;
- ❖ Concluir e apetrechar os hospitais gerais da beira e de nampula e 3 hospitais distritais – **834 milhões de MT**;
- ❖ Concluir e iniciar a electrificação de **22** postos administrativos com base na rede eléctrica nacional e sistemas isolados; e
- ❖ Construir e reabilitar **43** sistemas de abastecimento de água nas cidades e vilas para beneficiar **443.032** pessoas – **3,9 mil milhões de MT**; e
- ❖ Estabelecer cerca de **22.900** ligações domiciliárias nas cidades e vilas para beneficiar cerca de **111.300** mil pessoas.

Reabilitar 115 km da linha férrea de machipanda **(FASE I)**

Realizar a manutenção de **15.030 km**

Realizar a manutenção periódica de **310 km**

ESTRADAS E PONTES

Reabilitar 790 km de estradas nacionais e regionais – **6,9 mil milhões de MT**

Asfaltar 81 km de estradas nacionais e regionais – **5,8 mil milhões de MT**

Construir e reabilitar 17 pontes sendo; 12 construídas e 5 reabilitadas – **435 milhões de MT**

PRINCIPAIS RESULTADOS

57% da população com acesso a energia eléctrica

59% da população vivendo em zonas rurais com fonte de água segura

86% da população vivendo em zonas urbanas com fonte de água segura

64% da população urbana com serviços de saneamento adequado

790 km de estradas nacionais e regionais reabilitadas

PRIORIDADE III

Fortalecer a Gestão Sustentável dos Recursos Naturais e do Ambiente

13.776,5 MILHÕES DE MT

PRINCIPAIS ACCÕES

- ❖ Atribuir cerca de **300 mil DUAT's** no âmbito da regularização da terra dos ocupantes de boa-fé – **480 milhões de MT**;
- ❖ Reflorestar uma extensão de **100 hectares** no âmbito do programa de redução de emissões de gases de efeito estufa na Zambézia – **314,9 milhões de MT**; e
- ❖ Mapear 25 zonas de riscos de calamidades naturais – **18 milhões de MT**.

PILAR I

Despesa Programada:
30.539,7
Milhões de MT

REFORÇAR A
DEMOCRACIA E
PRESERVAR A
UNIDADE NACIONAL

PRINCIPAIS ACÇÕES

- ❖ Realizar o recenseamento militar abrangendo cerca de 200 mil jovens

PILAR II

Despesa Programada:
37.656,7
Milhões de MT

PROMOVER A BOA
GOVERNAÇÃO E
DESCENTRALIZAÇÃO

PRINCIPAIS ACÇÕES

- ❖ Informatizar os serviços de registo e notariado – **5,0 milhões de MT**;
- ❖ Operacionalizar o Sistema de Certificação Digital – **56,3 milhões de MT**;
- ❖ Contratar o Seguro Soberano contra desastres naturais – **522,0 milhões de MT**; e
- ❖ Realizar campanhas de divulgação de leis de direitos humanos nas escolas.

PRINCIPAIS RESULTADOS – PILAR II

100% de
distritos com
tribunais
judiciais em
pleno
funcionamento

75% do aumento
da taxa de
cobertura de
registo de
nascimento

85,8% de casos
esclarecidos em
relação ao registo
(operatividade
policial)

PILAR III

Despesa Programada:

**745,6
Milhões de MT**

**REFORÇAR A
COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL**

PRINCIPAIS ACÇÕES

- ❖ Promover a imagem de paz e estabilidade do País além-fronteiras;
- ❖ Realizar acções de reforço da cooperação;
- ❖ Participar em diversas missões de paz e de observação eleitoral; e
- ❖ Participar em eventos internacionais, desportivos e culturais.

ORÇAMENTO POR OBJECTIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS's)



Os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável constituem um apelo global para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade.



Os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estão alinhados com o Programa Quinquenal Governamental (PQG) 2020-2024, nas suas dimensões económica, social e ambiental, materializadas através do PESOE 2023 nas respectivas Prioridades e Pilares de Suporte. É neste sentido que, está previsto o montante de 400.932,5 milhões de MT para os ODS's, dos quais, 27,4% da Despesa Total dos ODS será alocado ao ODS 1 (Acabar com a pobreza em todas as formas e em todos lugares), 13,4% ao ODS 4 (Educação de qualidade) e 11,0% ao ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições eficazes), conforme se pode depreender no Quadro 2.

Quadro 2. ALOCAÇÃO DO ORÇAMENTO POR ODS (MILHÕES DE MT E EM % DA DESPESA TOTAL DOS ODS's)

OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
Nº	DESIGNAÇÃO	Em Milhões de MT	Em % da Despesa Total dos ODS
1	Erradicação da Pobreza	110,013.1	27.4
2	Fome zero e Agricultura Sustentável	6,465.7	1.6
3	Saúde e Bem-Estar	35,833.9	8.9
4	Educação de Qualidade	53,898.4	13.4
5	Igualdade de Género	23,614.9	5.9
6	Água Potável e Saneamento	6,113.4	1.5
7	Energia Limpa e Acessível	4,468.0	1.1
8	Trabalho Decente e Crescimento Econ	44,155.4	11.0
9	Indústria, Inovação e Infraestrutura	24,432.2	6.1
10	Redução das Desigualdades	16,552.0	4.1
11	Cidades e Comunidades Sustentáveis	4,890.9	1.2
12	Consumo e Produção Responsáveis	84.6	0.0
13	Acção contra Mudança Geral do Clima	15,098.1	3.8
14	Vida na Água	1,132.3	0.3
15	Vida Terrestre	2,266.5	0.6
16	Paz, Justiça e Instituições Eficazes	47,872.2	11.9
17	Parceria para Implementação dos Obje	4,040.7	1.0
Despesa Total dos ODS's		400,932.3	100.0

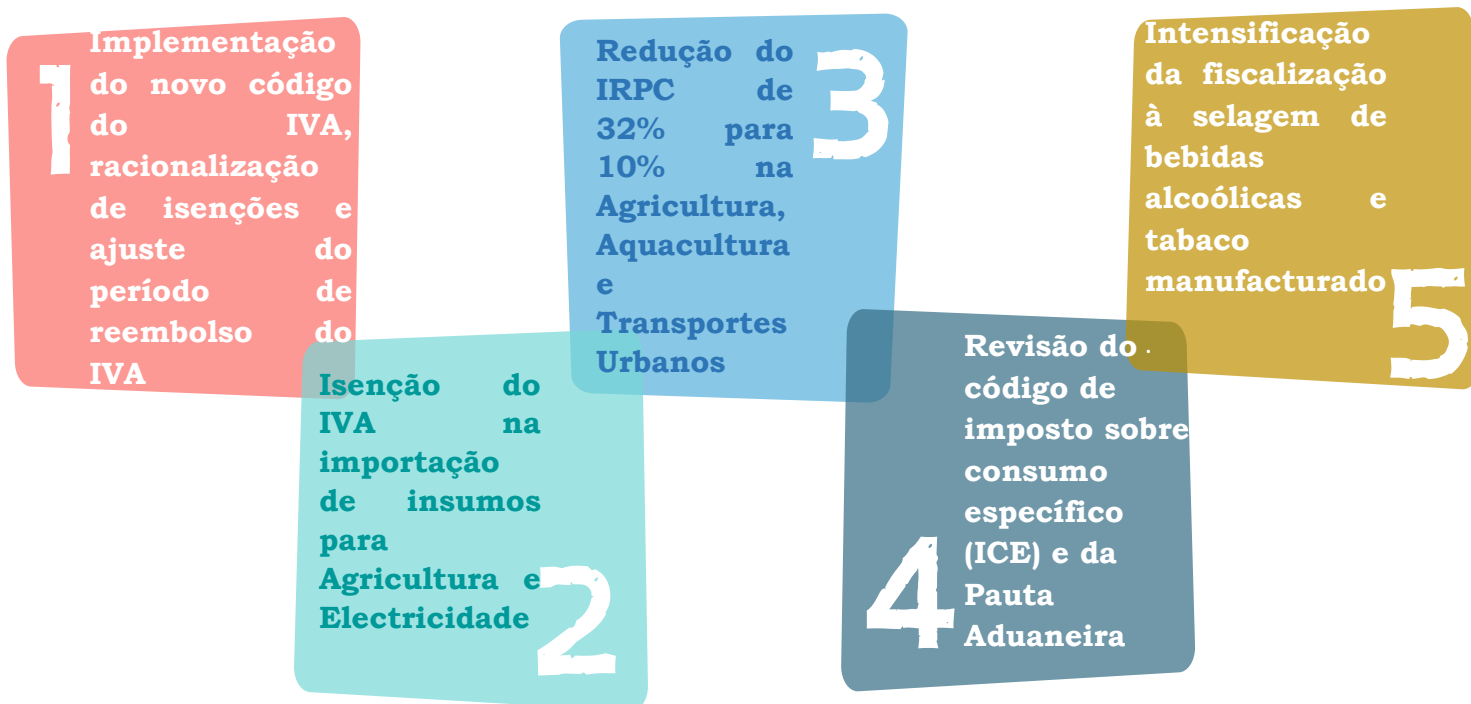
POLÍTICA ORÇAMENTAL PARA 2023

A Política Orçamental consiste na implementação de um conjunto de medidas que tem como finalidade garantir a sustentabilidade do orçamento e reduzir a sua vulnerabilidade aos riscos fiscais, é neste contexto que para o ano de 2023 continuará orientada para o reforço da consolidação fiscal, focalizando acções em quatro (4) vertentes de intervenção.

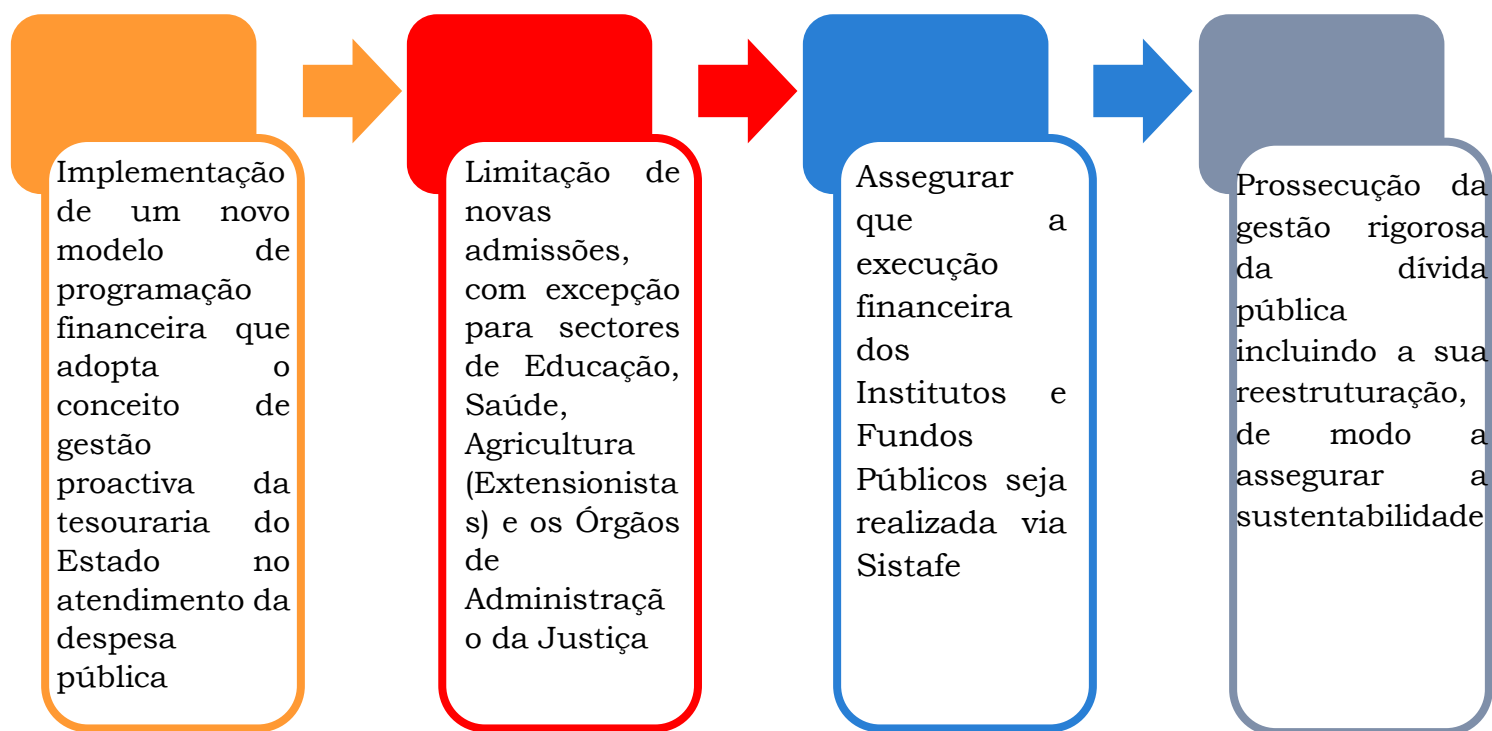


Importa mencionar que, para cada uma das referidas vertentes, estão previstas um conjunto de medidas, sendo de destacar as seguintes:

MELHORIA DAS FONTES DE CAPTAÇÃO DE RECEITAS INTERNAS



RACIONALIZAÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS





Contribuição da entidade empregadora para a
Segurança Social

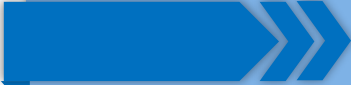


Regulamentação da Lei de Segurança Social
Obrigatória

REFORMA DO SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO



**Implementação da estratégia de viabilização e rentabilização das empresas do SEE-
rentabilização da Tmcel**



Reestruturação operacional das empresas ADM, Tmcel, LAM



Alienação total da participação do Estado na DOMUS, MADAL e GEOMOC e a alienação parcial da participação do Estado na STEMA e EMOSE.



Finalização do processo de liquidação de (03) três empresas, nomeadamente: Correios de Moçambique, EP; EMEM, SA; e Ematum, SA

RECURSOS DO ESTADO

Para o ano de 2023, está previsto o montante de 472.122,4 milhões de MT de Recursos para o Estado, equivalente a 35,8% do PIB. Do montante total, 393.711,9 milhões de MT, são provenientes dos Recursos Internos, e os restantes 78.158,8 milhões de MT dos recursos externos, equivalente a 29,8% e 5,9% do PIB, respectivamente.

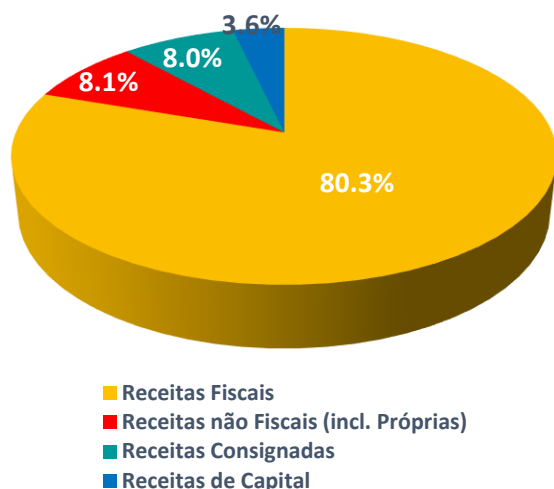


RECEITAS DO ESTADO

Do lado dos Recursos Internos, destaca-se o montante de 357.063,8 milhões de MT de receitas para o Estado, correspondente a 27,0% do PIB, o que significa um acréscimo de 0,9 pontos percentuais em relação a previsão orçamental de 2022.



Gráfico 3.COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS DO ESTADO

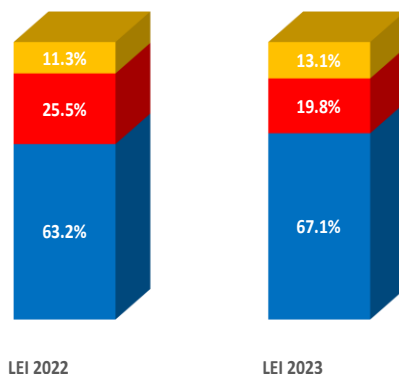


As Receitas Fiscais continuarão a contribuir significativamente, com cerca de 80,3% da Receita Total no ano de 2023, estando em seguida, as Receitas Não Fiscais, incluindo as Próprias, as Receitas Consignadas e de Capital, com 8,1%, 8,0% e 3,6%, respectivamente.

DESPESAS DO ESTADO

A Despesa do Estado para o ano de 2023 fixar-se-á em 472.122,4 milhões de MT, o que representa 35,8% do PIB e uma redução de 4,3 pontos percentuais comparativamente ao ano 2022.

Gráfico 4. COMPOSIÇÃO DA DESPESA DO ESTADO 2022-2023

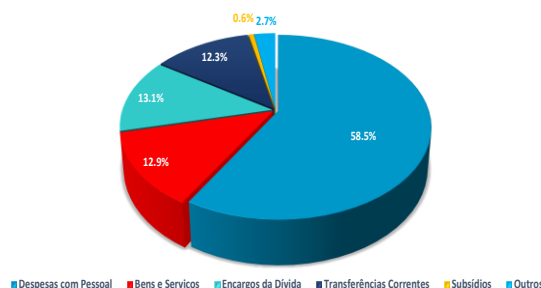


■ Despesas de Funcionamento ■ Despesas de Investimento ■ Operações Financeiras

A Despesa de Funcionamento está fixada em 316.918,6 milhões de MT, equivalente a 24,0% do PIB, o que representa um decréscimo de 1,3 pontos percentuais face à Lei do PESOE 2022, justificado pelo prosseguimento da implementação de medidas de contenção sobre a despesa pública.

Sobre o total da Despesa de Funcionamento, a Despesa com Pessoal continuará a consumir a maior parcela com 58,5%, em seguida os Encargos da Dívida com 13,1% e Bens e Serviços com 12,9%.

Gráfico 5. COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO



DESPESAS COM PESSOAL

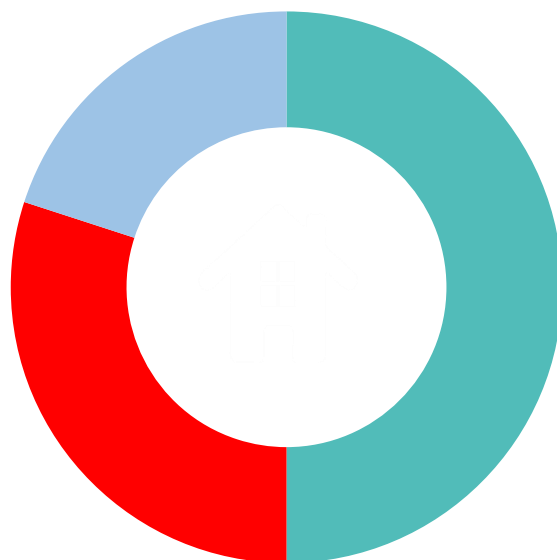
A rubrica de Despesas com Pessoal orçada em 185.258,2 milhões de MT para o ano de 2023, representa um incremento em termos percentuais do PIB de 0,3 pp em relação ao ano de 2022, justificado pelas novas admissões/contratações e pelo impacto da implementação da nova Tabela Salarial Única.

DESPESAS COM ENCARGOS DA DÍVIDA

No que concerne a despesa com Encargos da Dívida Pública, está previsto o montante de 41.400,0 milhões de MT, dos quais, 29.950,0 milhões de MT são referentes aos juros internos e 11.450,0 milhões de MT aos juros externos, correspondentes a 2,3% e 0,9% do PIB, respectivamente

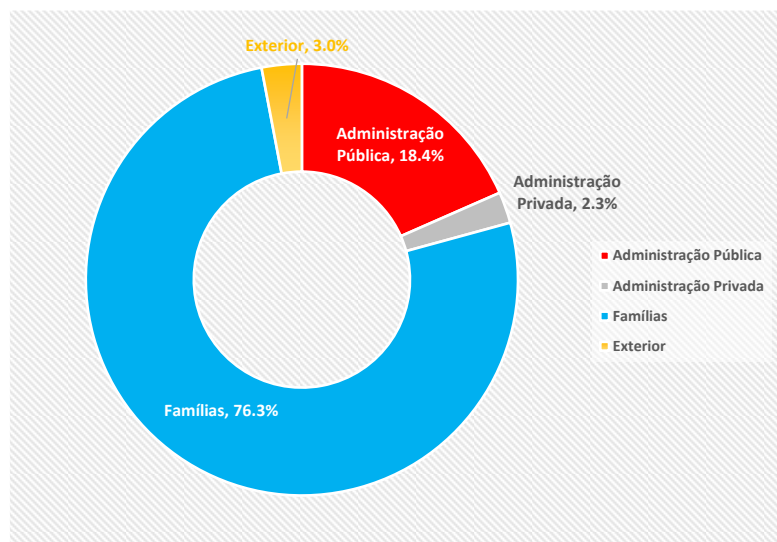
DESPESAS COM BENS E SERVIÇOS

Para a componente de Despesas com Bens e Serviços, está fixado o montante de 40.838,5 milhões de MT, equivalente a 3,1% do PIB e um decréscimo de 11,8% em termos nominais quando comparado com o ano de 2022, o que reflecte o esforço do Governo em conter a despesa com combustíveis, comunicações, entre outras.



A componente das Transferências Correntes irá absorver cerca de 12,3% do total da Despesa de Funcionamento, correspondente a 38.912,1 milhões de MT, equivalente a 2,9% do PIB e um decréscimo de 0,2pp quando comparado com a previsão de 2022.

Gráfico 6. COMPOSIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES



As Transferências às Famílias continuarão a absorver a maior parte do Total das Transferências Correntes com 76,3%, que será destinada ao pagamento de pensões civis e militares no montante de 19.301,1 milhões de MT e ao apoio às famílias carenciadas a partir dos Programas de Protecção Social no montante de 6.800,1 milhões de MT.

A componente externa dos Programas de Protecção Social contribuirá com o montante de 4.247,3 milhões de MT perfazendo o montante total de 11.047,4 milhões de MT para o ano de 2023, o que significa um acréscimo em termos nominais de 78,3% face à previsão do ano 2022, o que irá beneficiar cerca de 951,289 agregados familiares em situação de pobreza e vulnerabilidade.

Quadro 3. PROGRAMAS DE PROTECÇÃO SOCIAL (EM MILHÕES DE MT)

	LEI 2023		
	Interno	Externo	Total
Programas de Protecção Social	6,800.1	4,247.3	11,047.4
Subsídio Social Básico	4,843.5	1,490.0	6,333.5
Apoio Social Directo	815.5	785.1	1,600.5
Serviços Sociais de Acção Social	-	-	-
Acção Social Produtiva	796.6	1,972.2	2,768.8
Programa de Atendimento em Unidades Sociais	344.5	-	344.5

DESPESAS COM SUBSÍDIOS

Para a componente de Subsídios, está previsto o montante de 2.012,9 milhões de MT, correspondente a 0,2% do PIB o que representa uma manutenção face ao ano de 2022.

DESPESAS DE INVESTIMENTO

Para o exercício económico de 2023, a perspectiva é que a Despesa de Investimento se fixe em cerca de 93.330,9 milhões de MT, dos quais, 33.256,4 milhões de MT são referentes a componente interna e 60.074,6 milhões de MT a componente externa, equivalente a 2,5% e 4,6% do PIB, respectivamente.



TRANSFERÊNCIAS ÀS COMUNIDADES 2023

Para o ano de 2023, está fixado o montante de 281,0 milhões de MT, correspondente a 10,0% do imposto sobre a produção mineira e petrolífera. Deste montante, cerca de 203,7 milhões de MT, correspondente a 7,25% do imposto, destina-se ao financiamento de projectos estruturantes de nível Provincial, e o remanescente, 77,4 milhões de MT, correspondente à 2,75% será alocado aos programas destinados ao desenvolvimento das comunidades das áreas onde se localizam os respectivos empreendimentos.

Quadro 4. TRANSFERÊNCIAS ÀS COMUNIDADES 2023

Província	Distrito	Localidade	Actividade Mineira	2022 LEI	2023 LEI
Cabo Delgado	Montepuez	Namanhumbir	Rubis 	11.8	21.4
		Montepuez		-	1.2
	Balama	Balama	Grafite, Vanadio	0.2	0.6
	Mecufi	Murrébuè		-	0.1
	Pemba	Pemba	Pedra 	-	0.2
	Ancuabe	Metoro	Grafite 	0.2	0.2
Nampula	Larde	Topuito		6.7	6.6
	Angoche	Angoche		0.7	1.3
	Nacala	Nacala	Areias Pesadas 	-	0.1
	Moma	Mutiva		0	0.1
	Mecenta	Moma		-	0.1
Zambezia	Pebane	Mucate		-	0.1
	Pebane	Pebane	Areias Pesadas 	-	2.0
	Chinde	Mitange	Ilmenite, Titânio, Zircão	2.1	3.0
		Micaune		0.9	0.8
	Alto Molocue	Alto Molocue	Ilmenite, Zircão 	0.2	0.0
	Gurué	Gurué		-	0.3
	Morrumbala	Morrumbala		-	0.1
Tete	Moatize	Cateme	Carvão Mineral	0.6	1.9
		25 de Setembro	Carvão Mineral	0.6	1.9
		Chipanga II	Carvão Mineral 	0.6	1.9
		Benga	Carvão Mineral	4.9	15.3
	Marara	Kachembe	Carvão Mineral	-	2.8
	Tsangano	Tsangano	Ouro 	0.8	0.1
	Changara	Chipembere	Pedra de Construção 	0.6	-
Manica	Manica	Manica	Ouro 	0.5	0.5
		Machipanda		0.3	0.7
Sofala	Dondo	Mafambisse		-	0.1
	Nhamatanda	Nhamatanda		0.0	0.0
Inhambane	Govuro	Pande	Gás Natural 	2.5	7.3
	Inhassoro	Maimelane		10.0	6.0
Gaza	Chibuto	Godide	Areias Pesadas 	-	0.1
	Boane	Boane		0.0	0.0
Maputo	Moamba	Sábiè	Riolito 	-	0.1
	Namaacha	Namaacha	Água Mineral 	0.3	0.4
TOTAL				44.6	77.4

Com relação a transferência de recursos provenientes da Exploração Florestal e Faunística, perspectiva-se o montante de 79,3 milhões de MT para o ano de 2023, o que representa um incremento 6,0 milhões de MT, quando comparado com o ano de 2022.

Do montante previsto, a Província de Sofala irá absorver a maior parte de recursos, com 14,5 milhões de MT, seguindo-se a Província de Gaza, com 14,2 milhões de MT e a Província de Tete com 11,3 milhões de MT.

Gráfico 7. TRANSFERÊNCIA DAS RECEITAS DE EXPLORAÇÃO FLORESTAL E FAUNÍSTICA



DESPESAS COM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

As Operações Financeiras para o ano de 2023 estão fixadas em 61.872,9 milhões de MT, equivalente a 4,7% do PIB e um acréscimo de 0,2pp face a previsão anual de 2022. Do montante total, 4.455,9 milhões de MT são provenientes das Operações Financeiras Activas e 57.417,0 milhões de MT das Operações Financeiras Passivas

DESPESA SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

O que é a Despesa Segundo a Classificação Funcional?

A Despesa Segundo a Classificação Funcional refere-se as dez principais funções do Governo, em que se pretende realizar a despesa.

Dada a necessidade de promover o desenvolvimento do capital humano, através da prestação de serviços de qualidade à população e alavancar a actividade económica, os Sectores de Serviços Públicos Gerais, Assuntos Económicos e Educação, irão absorver maior volume de recursos com 221.079,2 milhões de MT, 46.414,5 milhões de MT e 77.483,1 milhões de MT, correspondentes a 46,8%, 9,8% e 16,4% da Despesa Total, respectivamente.

Quadro 5. DESPESA SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL



	LEI 2023	LEI 2023
	<i>Em Milhões de MT</i>	<i>Em % do Total da Despesa</i>
Serviços Públicos Gerais	221,079.2	46.8%
Defesa	13,315.7	2.8%
Segurança e Ordem Pública	34,556.5	7.3%
Assuntos Económicos	46,414.5	9.8%
Protecção Ambiental	15,828.7	3.4%
Habitação e Desenv. Colectivo	11,004.3	2.3%
Saúde	35,833.9	7.6%
Recreação, Cultura e Religião	2,703.4	0.6%
Educação	77,483.1	16.4%
Segurança e Acção Social	13,902.9	2.9%
TOTAL	472,122.4	100%

SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA

Para o Serviço da Dívida Pública está previsto o montante de 98.817,0 milhões de MT, dos quais, 41.400,0 milhões de MT são destinados aos Encargos da Dívida e 57.417,0 milhões de MT à Amortização de Capital, representando 3,1% e 4,3% do PIB, respectivamente.

AFECTAÇÃO TERRITORIAL

Com relação aos limites orçamentais para os Órgãos de Governação Descentralizada Provincial (OGDP's), está previsto o montante total de 5.800,3 milhões de MT, o que significa um incremento nominal de 8,5% face à Lei de 2022, excluindo as receitas próprias e os recursos externos. É de referir que para a definição dos limites, foram usados os seguintes critérios:

Número de
Habitantes por
Província: 60%

Área Territorial:
15%

Índice de
Pobreza: 25%

OGDP's

Quadro 6. LIMITES ORÇAMENTAIS PARA OS OGDPS (EM MILHÕES DE MT)

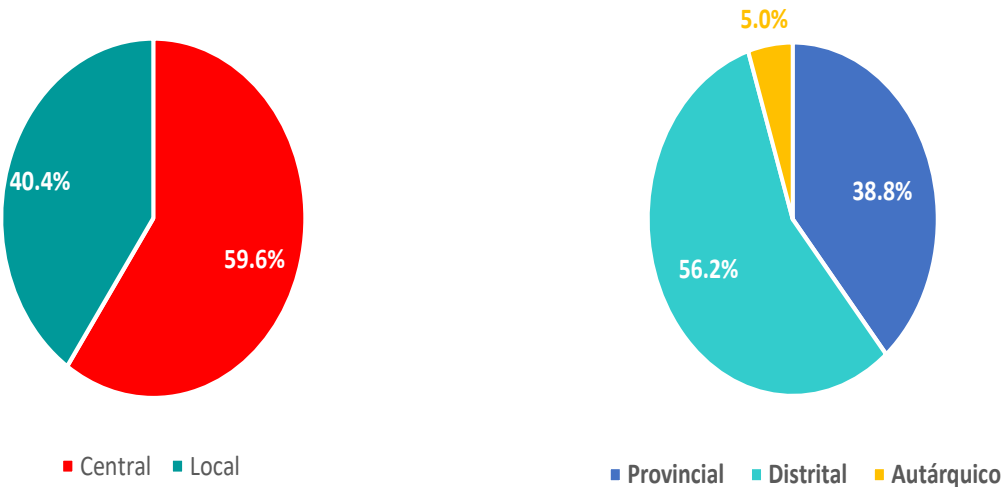
PROVÍNCIA	LEI	LEI
	2022	2023
PROVINCIA DO NIASSA	659.8	662.1
PROVINCIA DE CABO DELGADO	475.1	536.1
PROVINCIA DE NAMPULA	732.5	859.0
PROVINCIA DA ZAMBEZIA	729.1	818.6
PROVINCIA DE TETE	485.1	574.0
PROVINCIA DE MANICA	477.6	541.7
PROVINCIA DE SOFALA	518.8	526.7
PROVINCIA DE INHAMBANE	478.9	433.9
PROVINCIA DE GAZA	323.1	384.9
PROVINCIA DE MAPUTO	467.7	463.3
TOTAL	5,347.7	5,800.3



ALOCAÇÃO POR NÍVEL TERRITORIAL

Para o nível Central e Local, estão previstos os montantes de 191.970,0 milhões de MT, excluindo os Encargos Gerais do Estado, e 130.123,4 milhões de MT, equivalente a 59,6% e 40,4% da Despesa Total, respectivamente. Do montante previsto para o nível local, 38,8% corresponde ao nível provincial, 56,2% e 5,0% ao nível distrital e autárquico.

Gráfico 8. AFECTAÇÃO TERRITORIAL (EM % DA DESPESA TOTAL)



O Défice Orçamental em 2023, irá situar-se em 115.058,6 milhões de MT, o equivalente a 8,7% do PIB, o que significa um decréscimo de 5,2 pp, em relação ao ano de 2022.

O Défice Orçamental será financiado pela seguinte forma:

Donativos Externos

Estimado em 57.477,9 milhões de MT, equivalente a 4,4% do PIB

Créditos Externos

Deverão alcançar cerca de 20.932,7 milhões de MT, correspondente a 1,6% do PIB

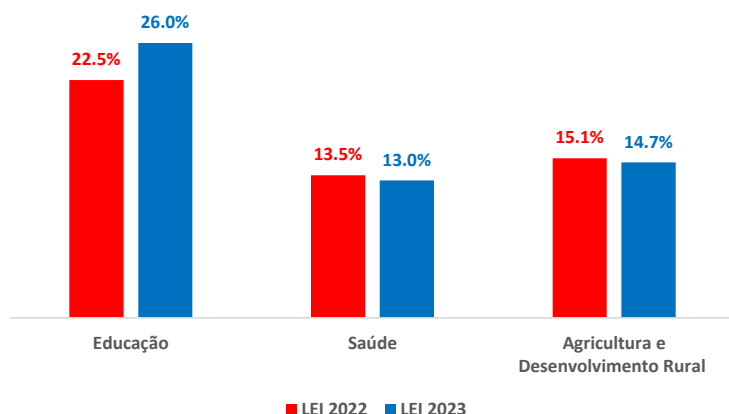
Crédito Interno

No valor de 36.648,0 milhões de MT, equivalente a 2,8% do PIB

COMPROMISSOS SECTORIAIS

Para o ano de 2023, perspectiva-se uma alocação de 172.561,3 milhões de MT para os compromissos sectoriais, equivalente a 53,6% da Despesa Total, excluindo os Encargos Gerais do Estado. O enfoque do Governo prossegue no sentido de garantir a expansão e melhoria da rede escolar e sanitária, minimizar o défice de alimentos e reduzir o volume de importações, por forma a melhorar o défice na conta das transações correntes, contribuindo desta maneira para a redução do nível de pobreza.

Gráfico 9. COMPROMISSOS SECTORIAIS (EM % DA DESPESA TOTAL, EXCLUINDO ENCARGOS GERAIS DO ESTADO)



Do montante total dos Compromissos Sectoriais, 83.605,7 milhões de MT estão previstos para o sector da Educação, 41.732,6 milhões de MT para a Saúde, e 47.223,0 milhões de MT para a Agricultura e Desenvolvimento Rural, correspondente a 26,0%, 13,0% e 14,7% da Despesa Total, excluindo os Encargos Gerais do Estado.

Para o ano 2023, os principais riscos fiscais identificados e com grande probabilidade de materialização, são os seguintes:



Representam uma grande fonte de exposição do Estado pois, a sua materialização implica um aumento no stock da dívida pública garantida pelo Estado.

GARANTIAS DO SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO

DESASTRES NATURAIS

Tem impacto negativo para a economia devido a severidade e frequência com que têm acontecido no País.



INDICADORES DA DÍVIDA PÚBLICA

A Dívida do Governo Central em 2021, apresentou uma dinâmica crescente, tendo se posicionado em USD 13.955,1 milhões, o equivalente a 78,6% do PIB, representando um incremento do *stock* em 8,0%, relativamente ao ano 2020, resultante do aumento da dívida interna em 26,0%, situando-se em USD 3.563,4 milhões, tendo a dívida externa registado um crescimento de 3,0%.

ACTIVOS FINANCEIROS DE ACORDO COM AS REGRAS INTERNACIONAIS

Na carteira de activos financeiros do Estado para o ano 2023, está previsto o montante de 47.658,5 milhões de MT para as Empresas de Sociedades Anónimas, 47.731,0 milhões de MT para Empresas de Sociedade por Quotas e 61.331,4 milhões de MT para Empresas Públicas.

GLOSSÁRIO

- **Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP):** é um instrumento de planificação de médio prazo (3 anos) que permite prever as receitas e despesas públicas para esse período.
- **Dívida Pública:** empréstimos contraídos pelo Estado, junto as instituições públicas ou privadas.
- **Ano N:** é o ano orçamental (para o qual se vai elaborar o Orçamento do Estado).
- **Receita do Estado:** é o montante total (impostos, taxas, contribuições e outras fontes de recursos) em dinheiro, arrecadado pelo Tesouro Nacional, incorporado ao património do Estado.
- **Despesa Pública:** é a soma dos gastos realizados pela administração pública.
- **Défice Orçamental** - corresponde a uma situação em que as receitas do orçamento de Estado são inferiores às suas despesas.
- **Subsídios:** é uma ajuda financeira disponibilizada às empresas para cobrir eventuais défices.